



50

REVISTA
PORTUGUESA
DE
HISTÓRIA

COIMBRA 2019

Nota introdutória

O tema proposto para o dossiê temático do tomo 50 da *Revista Portuguesa de História* foi “Revolução Liberal em contexto: do Antigo Regime à Regeneração”, aceitando-se textos nas áreas da História Política, Institucional, Económica e Social que tivessem como objeto de análise os processos de desagregação das estruturas de *Antigo Regime* e de construção da Sociedade Liberal. Integram-se nesta temática cinco artigos, versando dois temas da história do Brasil, um de história comparada de Espanha e de Portugal e dois de história de Portugal oitocentista. Apresentamos, em seguida, em termos sintéticos, as matérias trabalhadas nestes textos.

Maria Bertolina Costa, no artigo *A imprensa e o Vintismo no Maranhão, Brasil (1820-1823): «por hum Jornal Conhecem os Povos os Governos...»*, aborda o tema da relação entre imprensa, formação da opinião pública e jogos do poder no Maranhão durante o triênio liberal português, utilizando como fonte preferencial de análise o *Conciliador do Maranhão*, jornal onde ecoaram os impactos da receção da revolução liberal portuguesa, geradores de uma acesa conflitualidade de interesses sociais e políticos que antecederam e se seguiram à proclamação da independência do Brasil.

A separação política de Portugal do Brasil não pôs termo às correntes migratórias que do reino se dirigiam ao império. Pelo contrário. O processo de construção da sociedade liberal em Portugal foi marcado por algumas alterações estruturais, nomeadamente em matéria de regime de propriedade, que deram origem a grandes fluxos migratórios em direção ao Brasil, país onde os portugueses contavam com o acolhimento de comunidades aí sediadas. Às terras do Brasil rumaram emigrantes de outros países europeus que não dispunham das condições das quais beneficiavam os portugueses. Luís Reznik, coordenador do grupo de pesquisa *Centro de Memória da Imigração da Ilha das Flores*, em coautoria com Rui Aniceto Nascimento Fernandes e Julianna Carolina Oliveira Costa, em *Se o Rio é lusitano, por que a Ilha das Flores não o é? A receção de imigrantes portugueses no Rio de Janeiro (1883-1892)*, estudam as condições de acolhimento de imigrantes portugueses, e de outras nacionalidades, na hospedaria da Ilha das Flores, contextualizando estes fluxos migratórios no “deslocamento massivo da população europeia, sobretudo para países americanos”.

Após o período de instabilidade política, económica e social que marcou as três décadas que se seguiram à revolução liberal, o tempo da Regeneração foi configurado pela vontade transformadora do ideal do progresso que se materializou, entre outras, nas políticas de instalação da ferrovia na metrópole e nas colónias. Hugo Silveira Pereira no artigo *Caminhos de ferro portugueses na década de 1890: entre crença no progresso e pessimismo tecnológico*, tendo como fonte os debates mantidos no parlamento, os relatórios de engenheiros e outra literatura existente sobre o tema, explicita como, “no final do período em estudo, a fé na tecnologia prevaleceu e conseguiu suplantar um grave momento de crise”. O olhar do autor foca-se na conjuntura da última década do séc. XIX, mas o problema em análise contextualiza-se num período que se inicia na revolução liberal.

A concretização da ideia de propriedade burguesa, com a consequente eliminação de direitos de acesso, levou a uma transferência da população rural para meios urbanos gerando um operariado que foi necessário “proteger”. João Lázaro em *O Centro Promotor dos Melhoramentos das Classes Laboriosas. Integração e rutura na sociedade liberal portuguesa (1852-1873)*, estuda uma instituição de enquadramento do operariado cuja vida corresponde à consolidação da sociedade marcada pelos ideais do liberalismo. A adesão do movimento operário às ideias socialistas gerará a sua desintegração.

A implantação do liberalismo implicou uma mudança profunda na arquitetura jurídica dando origem à publicação de uma vasta legislação e de vários códigos. Entre eles destacam-se os penais, destinados a definir uma nova regulação social. Pilar Calvo Caballero em *Mujer y Revolución Liberal: el patrón femenino según los primeros Códigos Penales ibéricos* estuda, em perspetiva comparada, os primeiros códigos penais liberais espanhóis, de 1822/1848/1850, e o português de 1852 identificando as diferenças e as semelhanças existentes na regulação dos comportamentos femininos em Espanha e em Portugal e as continuidades e descontinuidades que caracterizam o enquadramento jurídico das mulheres dos dois países na passagem da sociedade de Antigo Regime para a sociedade liberal.

A compreensão das vicissitudes da implantação do modelo social liberal implica o conhecimento do imaginário que moldou as sociedades de Antigo Regime, nomeadamente o que foi veiculado pelos textos de cariz religioso. Publicam-se na *Varia* quatro artigos que se inserem na história das mentalidades e dos comportamentos.

Leandro Alves Teodoro no artigo *O vocabulário da contrição na Castela do século XV* analisa obras produzidas em língua vernácula, especialmente os

sermões proferidos por São Vicente Ferrer, em Castela, no sentido de apreender a maneira como essas obras “procuravam ensinar aos fiéis o papel salutar da contrição nos jogos de redenção das faltas” e a exteriorização do sentimento do arrependimento.

O estudo das atitudes perante a morte, inscrito na denominada história das mentalidades ou das representações, constitui uma linha de investigação prosseguida desde os anos setenta do século passado e que continua a suscitar o interesse dos historiadores. Inserem-se nesta temática dois artigos: *Teatro Fúnebre: exéquias promovidas pela Irmandade do Santíssimo Sacramento de Santa Justa a membros da Casa Cadaval (1700-1749)*, de Ricardo Pessa de Oliveira, e *Morte em Coimbra. Mortalidade e atitudes perante a morte. 1750-1777* de Filipe Miguel de Andrade Campos. O primeiro autor centra-se na parenética e nos ritos fúnebres que uma irmandade reservou aos membros de uma das mais ilustres famílias que a dirigiu, explorando os relatos de tais encenações e o conteúdo dos sermões proferidos. O artigo de Filipe Andrade Campos constitui um estudo de caso que cruza o estudo do movimento demográfico da mortalidade em Coimbra com as atitudes perante a morte identificadas em práticas da Misericórdia e das irmandades e expressas em testamentos, cujos dados colhe nos registos de óbitos, fonte que privilegia.

“*Queres tu um bom remédio?*”: *enfermidades, crenças e milagres em um modelo de vida religiosa feminina narrado pelo padre João Franco, Portugal, século XVIII* é um texto de autoria de Eliane Cristina Deckmann Fleck e Mauro Dillmann que cruza os campos dos estudos sobre as mulheres com o das práticas médicas e religiosas setecentistas. Tendo como principal fonte a obra *Vida portentosa da serva de Deus D. Thomazia de Jesus*, escrita pelo frade dominicano João Franco, publicada em Lisboa em 1757, os autores analisam os discursos produzidos acerca das enfermidades que se abatiam sobre mulheres conventuais e as práticas tradicionais e milagrosas de cura utilizadas no Convento do Salvador, em Lisboa.

Tendo sido criada no Estado Novo, a RPH sofreu os constrangimentos ideológicos que condicionaram a escrita da história. É, assim, com particular gosto que este periódico tem vindo a publicar artigos que têm como objeto de estudo temas que se inscrevem nesta época histórica.

Carolina Henriques Pereira, em *Geraldino Brites e as questões de ensino (1926-1934)*, elabora um estudo biográfico sobre um médico que cultivou as áreas científicas da Histologia e da Embriologia. Movido por ideais republicanos, a sua ação cívica destacou-se na área da Educação “combatendo por uma Universidade livre das grilhetas do conservadorismo e do marasmo intelec-

tual” e por um ensino laico, atitude que geraria um confronto com personalidades conservadoras, caso de Manuel Gonçalves Cerejeira.

Francisco Henriques retoma, no seu estudo *Política económica e modernização industrial no Estado Novo: o condicionamento da indústria de conservas de peixe*, um tema que já conta com uma vasta bibliografia. Tendo como fonte a legislação produzida para regular e controlar a concorrência no setor das pescas, o autor defende que “a regulação industrial não dificultou o crescimento da indústria conserveira e apoiou a sua especialização e competitividade internacional; mas, por outro lado, criou poucos incentivos à sua mecanização, ao desenvolvimento de novas tecnologias e à introdução do investimento estrangeiro”.

Completem o volume agora editado nove resenhas críticas, revisitando uma delas, a de autoria de João Marinho dos Santos, um tema clássico da historiografia da expansão portuguesa formulado na interrogação *Duarte Pacheco Pereira descobridor do Brasil?*, apresentando *Uma outra leitura do “Esmeraldo de Situ Orbis”*.

Em conclusão, o tomo 50 da RPH contém resultados inéditos produzidos por uma investigação histórica que abarca um arco cronológico muito amplo, desde o século XV ao XX, situando-se a maioria dos artigos no séc. XIX. Do ponto de vista temático, os estudos publicados abrangem campos muito diversificados que se podem agregar nas seguintes palavras-chave: história política, história social, história económica e das tecnologias, história das mentalidades e das representações, história cultural, história religiosa, história das migrações, história da medicina e história das mulheres.

Tratando a maioria dos artigos temas de história de Portugal, publica-se ainda um estudo sobre história de Espanha e um outro sobre história comparada de Portugal e Espanha. Dois inscrevem-se na história do Brasil, careando contributos para o conhecimento da história de Portugal oitocentista.

Finalmente, destacamos o facto de este tomo publicar artigos de 14 autores, sendo sete brasileiros e uma historiadora espanhola, facto que evidencia a continuação de um traço identitário da RPH: a abertura às historiografias estrangeiras.

As coordenadoras científicas

Margarida Sobral Neto

Maria Antónia Lopes